

paga, é vedada qualquer outra tributação, quer seja federal, estadual ou municipal, conforme dispõe a Constituição da República e legislação reguladora da mesma.

— É cabível a alegação da empresa no tocante à ilegalidade e inconstitucionalidade do lançamento e cobrança do imposto de indústrias e profissões?

— O imposto único sobre combustíveis absorve e exclui a incidência do imposto de indústrias e profissões?

Quesito n.º 6

Na exportação de mercadoria produzida em outro Estado da Federação, uma firma exportadora se nega a pagar ao Estado da Guanabara, local da operação de venda da mercadoria para o exterior, o imposto sobre vendas e consignações, sob a alegação de que a saída da mercadoria para o exterior somente sujeita o exportador ao pagamento do imposto de exportação estabelecido no item V do art. 19 da Constituição Federal.

— É compatível ou não a cobrança do imposto de exportação com o de vendas e consignações?

— O Estado onde se opera o negócio de venda para o exterior pode cobrar o imposto sobre vendas e consignações, apesar de devido ao Estado, onde se produziu a mercadoria, o imposto de exportação?

9. Prova Escrita de Direito Privado

Quesito n.º 1

João faleceu no estado de solteiro. Habilitaram-se à herança três irmãos do *de cujus*. Os três prédios de que se compunha o acervo hereditário foram partilhados entre os herdeiros, cabendo um prédio a cada um. A partilha foi homologada por sentença de 1940 e os formais transcritos no Registro de Imóveis. Um dos herdeiros, Joaquim, deu o imóvel em pagamento a Manoel em 1940, que, por sua vez o vendeu, em leilão, a Alfredo.

Todavia, em 1942, Suplício move ação de investigação de paternidade, sendo reconhecido como filho natural de João, o *de cujus*.

O herdeiro Joaquim, provando ser indevido o pagamento feito a Manoel, move ação de reivindicação contra Alfredo.

O filho natural move ação contra os irmãos do *de cujus* e contra Alfredo para reivindicar os bens que lhes foram partilhados indevidamente.

As duas ações, propostas em 1944, são reunidas para um só julgamento.

Dar solução fundamentada às controvérsias, examinando os possíveis argumentos dos diversos interessados.

Quesito n.º 2

A Procuradoria de Sucessões foi aberta vista do testamento de X, domiciliado no Estado da Guanabara, falecido sem herdeiros legítimos, desquitado, em virtude de ação que moveu contra sua mulher com fundamento no art. 317, II do Código Civil. Pelo testamento, elaborado na constância da sociedade conjugal, sua mulher fôra instituída herdeira universal dos bens que possuía. Na oportunidade da sucessão já se realizara inventário e partilha conseqüentes ao desquite.

— Que cabe ao Estado requerer?

— Que medidas complementares devem ser adotadas?

Quesito n.º 3

Caio pediu ao seu amigo Tício que levasse o seu automóvel a um mecânico para verificar o funcionamento dos freios.

Paulo emprestou o seu carro ao seu filho maior Pedro, que com êle trabalha numa empresa de publicidade.

Num cruzamento, o carro de Caio, dirigido por Tício em excesso de velocidade, colidiu com o automóvel de Paulo, dirigido por Pedro, que entrou numa rua em contramão.

Em virtude do choque, o carro de Paulo danificou um jipe do Estado.

Mimutar a inicial da ação do Estado, fundamentando-a de acôrdo com a lei, a jurisprudência e a doutrina.

Quesito n.º 4

Em execução por quantia certa, contra o Estado da Guanabara, sem que tenha ocorrido condenação em juros de mora, o exeqüente, depois de paga a importância devida, constante do precatório, requereu fossem os autos ao contador para cálculo de juros de mora desde a data de sua expedição até o efetivo pagamento, em 10 de agosto de 64, alegando:

a) que o Decreto n.º 22 785/33 foi revogado pela Lei n.º 4 414, de setembro de 1964;

b) que tais juros são devidos, independentemente de condenação, porque relativos a mora posterior à decisão exeqüenda.

Redigir, na qualidade de Procurador, a impugnação do Estado a essa conta.

Quesito n.º 5

Em face da legislação vigente, qual a posição dos filhos naturais reconhecidos na constância do casamento, dos adotados e dos legitimados adotivos concorrendo com filhos legítimos supervenientes?